

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	3
Balanço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração das Mutações Do Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	10



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Diretores e Quotistas da
Gráfica e Editoria Posigraf Ltda.
Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Gráfica e Editoria Posigraf Ltda.** (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Gráfica e Editoria Posigraf Ltda.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da Governança Pelas Demonstrações Financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

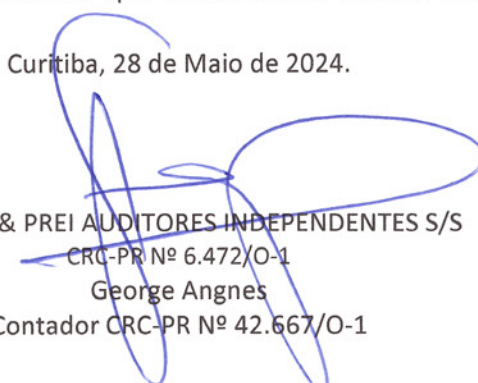
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de controle, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de Maio de 2024.



MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1
George Angnes
Contador CRC-PR Nº 42.667/O-1

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Balanço patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais - R\$ mil)

Ativo	Nota explicativa	2023	2022	Passivo	Nota explicativa	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	73.991	51.928	Fornecedores	16	83.345	78.603
Contas a receber de clientes	9	127.509	96.600	Salários, provisões e contribuições sociais	17	24.944	21.630
Estoques	10	139.819	150.136	Impostos a recolher	18	15.410	3.419
Impostos a recuperar	11	7.279	15.913	Arrendamento mercantil	30	1.930	7.267
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	28	-	3	Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	28	4	-
Créditos diversos		2.431	2.322	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23.b	11.539	11.376
				Adiantamentos de clientes	22	21.819	18.922
		351.029	316.902	Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	13.923	5.360
				Outras obrigações	21	1.855	1.480
						174.769	148.057
Não circulante				Não circulante			
Créditos diversos		1.695	-	Arrendamento mercantil	30	59.591	17.057
Depósitos judiciais	12	53.146	64.083	Impostos a recolher	18	1.878	1.785
Imobilizado	14	89.114	45.453	Adiantamentos de clientes	22	1.163	-
Intangível	15	17.941	13.951	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.a	5.275	5.050
		161.896	123.487	Outras obrigações	21	4.451	4.455
				Provisão para riscos fiscais, civeis e trabalhistas	20	4.708	4.500
						77.066	32.847
				Patrimônio líquido			
				Capital social	23.a	189.727	189.727
				Reserva de Incentivos Fiscais		5.829	5.510
				Reservas de lucros		65.534	64.248
						261.090	259.485
Total do ativo		512.925	440.389	Total do passivo e do patrimônio líquido		512.925	440.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita líquida de vendas	24	611.426	488.061
Custo das vendas e serviços prestados	25	<u>(365.161)</u>	<u>(351.521)</u>
Lucro bruto		<u>246.265</u>	<u>136.540</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	25	(26.440)	(22.042)
Gerais e administrativas	25	(112.750)	(67.360)
Perda no valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato	25	(3.058)	3.508
Outras receitas operacionais, líquidas	26	<u>14.676</u>	<u>10.702</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		<u>118.693</u>	<u>61.348</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	27	11.464	8.060
Despesas financeiras	27	(10.740)	(3.056)
Variação cambial, líquida	27	<u>353</u>	<u>546</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>119.770</u>	<u>66.898</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	13.b	(39.697)	(15.839)
Diferidos	13.b	<u>(225)</u>	<u>(3.877)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>79.848</u></u>	<u><u>47.182</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais - R\$ mil)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	79.848	47.182
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>79.848</u></u>	<u><u>47.182</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Reserva de Incentivos Fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022		<u>122.570</u>	<u>26.937</u>	<u>3.485</u>	<u>-</u>	<u>152.992</u>
Aumento de capital		28.000	-	-	-	28.000
Incorporação Editora Aprende Brasil Ltda.		39.157	22.788			61.945
Destinações propostas no exercício:						
Distribuição de dividendos	23.b				(25.000)	(25.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	47.182	47.182
Juros sobre capital próprio	23.b	-	-	-	(5.634)	(5.634)
Incentivo fiscal - ICMS				2.025	(2.025)	-
Realização de reserva de lucros a realizar		<u>-</u>	<u>14.523</u>	<u>-</u>	<u>(14.523)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>189.727</u>	<u>64.248</u>	<u>5.510</u>	<u>-</u>	<u>259.485</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	79.848	79.848
Destinações propostas no exercício:						
Juros sobre capital próprio	23.b	-	-	-	(14.529)	(14.529)
Efeito tributário líquido dos juros s/ capital próprio	23.b				4.940	4.940
Distribuição de dividendos	23.b	-	-	-	(68.654)	(68.654)
Incentivo fiscal - ICMS	23.c	-	-	319	(319)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar		<u>-</u>	<u>1.286</u>	<u>-</u>	<u>(1.286)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>189.727</u>	<u>65.534</u>	<u>5.829</u>	<u>-</u>	<u>261.090</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	2023	2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		119.770	66.898
Ajustes para reconciliar lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	14 / 15 / 25	14.338	12.770
Custo residual das baixas de bens do ativo imobilizado	14	13.252	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9 / 25	3.058	(3.507)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	208	987
Baixa de depósitos judiciais	12	10.937	-
Provisão de juros sobre arrendamentos	30	4.571	2.117
Baixa de arrendamento	30	(11.587)	-
Provisão para estoques obsoletos	10	(3.155)	4.458
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos		7	34
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes (terceiros e partes relacionadas)	9	(33.967)	(43.799)
Estoques	10	(25.029)	(90.631)
Impostos a recuperar	11	1.478	(6.994)
Créditos diversos		(1.804)	1.635
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores (terceiros e partes relacionadas)	16	4.742	32.340
Salários, provisões e contribuições sociais	17	3.314	4.633
Adiantamentos de clientes	22	42.561	24.673
Impostos a recolher	18	9.905	(5.451)
Outras obrigações	21	371	(1.638)
		<u>152.970</u>	<u>(1.475)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(19.038)</u>	<u>(10.138)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		<u>133.932</u>	<u>(11.613)</u>
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	14	(9.531)	(1.454)
Adições ao intangível	15	(7.033)	(3.885)
Caixa recebido por incorporação	1.d	-	27.959
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(16.564)</u>	<u>22.620</u>
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Aumento de capital	23.a	-	28.000
Distribuição de dividendos	23.b	(68.654)	(25.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio		(12.187)	-
Pagamentos de principal de arrendamento mercantil	30	(9.893)	(5.604)
Pagamentos de juros de arrendamento mercantil	30	(4.571)	(2.117)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(95.305)</u>	<u>(4.721)</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>22.063</u>	<u>6.286</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	51.928	45.642
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8	<u>73.991</u>	<u>51.928</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>22.063</u>	<u>6.286</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando especificamente indicado)

1 Contexto Operacional

A Gráfica e Editora Posigraf Ltda. (“Empresa” ou “Gráfica”), registrada na Rua Senador Accioly Filho, nº 500, cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, constituída em 1972, tem como objeto social a industrialização, comercialização e edição de material gráfico e didático, livros, apostilas, mapas escolares, revistas, bem como materiais promocionais.

A Empresa opera em três ramos da seguinte forma:

- Gráfico comercial, que atende através de venda de impressos gráficos o mercado promocional das maiores redes de varejo do Brasil produzindo folders, catálogos e revistas;
- Gráfico editorial, que atende através de venda de impressos gráficos o mercado didático em geral como sistemas de ensino e obras literárias; e
- Público, que atende através de soluções didáticas de sistemas de ensino prefeituras de todo o Brasil com diversas marcas como Aprende Brasil, NAME, Letrix, Vou+Longe, entre outros.

Reestruturação societária - incorporação

a. Operação

A entidade passou por uma reestruturação societária em 1ª de junho de 2022, onde a Gráfica e Editora Posigraf Ltda incorporou a Editora Aprende Brasil Ltda.

b. Justificativa da Reestruturação Societária

Conforme instrumento de justificação e protocolo de incorporação da Editora Aprende Brasil Ltda. pela Gráfica e Editora Posigraf Ltda., é de interesse dos quotistas das empresas envolvidas promoverem uma reestruturação no Grupo Positivo, unificando os negócios de editoração e impressão gráfica no mesmo CNPJ afim de capturar sinergias operacionais.

c. Alterações Societárias

Por meio da 14ª alteração contratual ocorrida em 1º de junho de 2022, foi aprovada a incorporação da empresa Editora Aprende Brasil Ltda.

Ambas as empresas possuíam naquela data os mesmos sócios, e estes sócios detinham os mesmos percentuais em ambas as sociedades, razão pela qual o aumento de capital e quotas da Gráfica e Editora Posigraf Ltda., via incorporação do acervo cindido, não implicou no ingresso de novos sócios na Empresa.

d. Acervo líquido incorporado

A tabela abaixo resume o valor de acervo líquido cindido da empresa Editora Aprende Brasil Ltda. e incorporado pela Gráfica e Editora Posigraf Ltda. em 01 de junho de 2022:

	Valor Contábil
Caixa e equivalentes de caixa	27.959
Contas a receber de clientes	23.521
Estoques	537
Impostos a recuperar	553
Créditos diversos	7.473
Depósitos judiciais	9.030
Imposto de renda e contribuição social diferidos	49
Imobilizado	10.605
Intangível	11.561
Ativo	<u>91.288</u>
Fornecedores	1.793
Salários, provisões e contribuições sociais	9.116
Arrendamento mercantil	3.842
Impostos a recolher	2.023
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.783
IRPJ e CSLL a recolher	6.478
Adiantamento de clientes	190
Outras obrigações	1.502
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.616
Passivo	<u>29.343</u>

O acervo líquido contábil decorrente deste processo de incorporação está distribuído nas seguintes rubricas contábeis:

	Valor Contábil
Capital social	39.157
Reserva de lucros	22.788
Patrimônio Líquido	<u>61.945</u>

Exceto pelo caixa transferido na incorporação, o processo de incorporação demonstrado acima não impactou os valores apresentados na demonstração dos fluxos de caixa no período, pois correspondem a transações que não impactam caixa.

e. Mensuração do Valor

Conforme consta no laudo de avaliação de determinados ativos e passivos para fins de incorporação da Editora Aprende Brasil Ltda, datado de 1º de junho de 2022, elaborado pelo perito avaliador Ademar Cardec Seccatto, a avaliação de determinados ativos e passivos da empresa Editora Aprende Brasil Ltda. que serão incorporados e transferidos a título de reorganização societária para a Gráfica e Editora Posigraf Ltda. foi efetuada aplicando-se a metodologia contábil, ou seja, com fundamento nos valores constantes dos registros contábeis dos itens avaliados, com base nos saldos contábeis em 1º de junho de 2022.

f. Combinação de Resultado 2022

A tabela abaixo apresenta a combinação do resultado entre a empresa Editora Aprende Brasil Ltda. e Gráfica e Editora Posigraf Ltda ocorrida no exercício de 2022.

	<u>Editora Aprende</u> 01/06/2022	<u>Posigraf</u> 31/12/2022	<u>Combinado</u> 31/12/2022
Receita líquida de vendas	78.393	488.061	550.155
Custo das vendas	<u>(21.423)</u>	<u>(351.521)</u>	<u>(356.886)</u>
Lucro bruto	<u>56.970</u>	<u>136.540</u>	<u>193.269</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	(10.034)	(23.774)	(33.566)
Gerais e administrativas	(14.569)	(65.629)	(80.199)
Perda no valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato	(2.285)	3.508	1.223
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>16</u>	<u>10.702</u>	<u>10.718</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	<u>30.098</u>	<u>61.347</u>	<u>91.445</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	1.412	8.060	9.472
Despesas financeiras	(523)	(3.055)	(3.578)
Variação cambial, líquida	-	546	546
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>30.987</u>	<u>66.898</u>	<u>97.885</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	(8.023)	(15.839)	(23.862)
Diferido	<u>(2.094)</u>	<u>(3.877)</u>	<u>(5.971)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>20.870</u>	<u>47.182</u>	<u>68.052</u>

1.1 Reforma Tributária Sobre o Consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por leis complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo de Reforma está baseado em um IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS e IPI e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços -IBS), que substituirá os tributos ICMS e ISS.

Foi também criado um imposto seletivo (“IS”), de competência federal, que incidirá sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição, de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por leis complementares. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

1.2 Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A diretoria da Sociedade autorizou a conclusão e divulgação destas demonstrações financeiras em 28 de Maio de 2024, as quais consideram os eventos subsequente ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 30 - prazo do arrendamento: se a Empresa tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 9 - determinação da perda de crédito esperada de contas a receber;
- Nota explicativa 10 - determinação das perdas em estoques;
- Nota explicativa 13.a - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Notas explicativas 14 e 15 - determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível e teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota explicativa 20 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa 28 - mensuração do valor justo e classificação de instrumentos financeiros.

A Empresa revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

c. Mensuração do Valor Justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis aplicáveis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na nota explicativa 4.c das práticas contábeis.

6 Principais Práticas Contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

6.1 Transações em Moeda Estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Empresa, pela taxa de câmbio na data da transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

6.2 Receita com Clientes

A receita de vendas é reconhecida de acordo com os preceitos do CPC 47 “Receita de contratos com Clientes” que estabelece que a receita seja reconhecida quando (i) a obrigação de desempenho é cumprida, ou sejam, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Empresa, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos comerciais e bonificações.

O momento do cumprimento da obrigação de desempenho ocorre quando da prestação de serviços e produtos. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ou produto ao cliente.

6.3 Benefícios de Curto prazo a Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

6.4 Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras e atualização monetária que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros de arrendamento mercantil.

6.5 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.6 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio ponderado. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

6.7 Imobilizado

(i) Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos Subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes para os dois exercícios apresentados:

Móveis, utensílios e instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	8 anos
Veículos	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	25 anos
Outras imobilizações	5 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

6.8 Intangível

(i) Reconhecimento e Mensuração

Os ativos intangíveis compreendem as obras literárias, sistemas de informática (*softwares*) e licenças de uso destes, têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos Subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização para os ativos intangíveis com vidas úteis definidas (*softwares* e licenças de uso) é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes para os dois exercícios apresentados:

<i>Obras literárias</i>	4 anos
<i>Softwares</i>	5 anos
Marcas e patentes	10 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Baixa de Ativos Intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o saldo contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

6.9 Instrumentos Financeiros

(I) Reconhecimento e Mensuração Inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(II) Classificação e Mensuração Subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR (valor justo do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos:

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos Financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iii) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Empresa celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Empresa, resumem-se a compra a termo de moeda ("*Non Deliverable Forward - NDF*") e opção de compra, que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela Empresa com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxas de juros e câmbio. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Os valores justos de mercado dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgados na nota explicativa nº 28.

6.10 Redução ao Valor Recuperável (*impairment*)

(i) Ativos Financeiros não-Derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

A Empresa considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- Reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não Financeiros

Em cada data de reporte, a Empresa revisa os valores contábeis dos ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

6.11 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para contingências são reconhecidas apenas quando é provável que desembolsos de caixa ocorrerão e seu valor é determinado com base na estimativa das ações em curso.

As contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista objeto de contestações judiciais são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação. A Empresa adota o procedimento de provisionar a totalidade das disputas de natureza fiscal, cível e trabalhista cuja chance de perda tenha sido considerada provável.

6.12 Arrendamentos

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. Geralmente, a Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamento mercantil" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de Ativos de Baixo Valor

A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

6.13 Ajuste a Valor Presente

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

7 Novas Normas e Interpretações ainda Não Adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que essas novas normas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa.

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações especificam que para uma entidade classificar passivo como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo 12 meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020 o IASB emitiu a alteração ao IAS 1, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos 12 meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com os índices previstos em cláusula (exemplo *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse referida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante.

Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais da divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo a ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

A entidade contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos, com efeito em resultado semelhante ao das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retro arrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa:

- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

8 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão compostos por:

	2023	2022
Bancos	732	821
Aplicações financeiras - renda fixa (a)	73.259	51.107
	<u>73.991</u>	<u>51.928</u>

(a) São representadas, principalmente, por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e compromissadas, remunerados em aproximadamente 100% da variação do CDI (taxa de juros Certificado de Depósito Interbancário), e com liquidez imediata, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

9 Contas a Receber de Clientes

Composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
A vencer	97.935	83.482
Vencido até 30 dias	14.955	9.613
Vencido de 31 até 60 dias	4.295	4.765
Vencido de 61 até 90 dias	3.593	1.121
Vencido de 91 até 180 dias	2.351	2.012
Vencido de 181 até 360 dias	10.963	997
Vencido acima de 361 dias	50.172	48.307
(-) Provisão para perda de crédito esperada	<u>(56.755)</u>	<u>(53.697)</u>
	<u>127.509</u>	<u>96.600</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de produtos e serviços em 2023 é de 66 dias (63 dias em 2022). A movimentação da perda de crédito esperada de contas a receber está composta por:

Saldo em 1º de janeiro de 2022	<u>10.841</u>
(-) Recebimento / reversão	(8.666)
(+) Incorporação Editora Aprende Brasil	46.363
(+) Adições	<u>5.159</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>53.697</u>
(-) Recebimento / reversão	(1.690)
(+) Adições	<u>4.748</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>56.755</u>

A provisão para perda de crédito esperada de contas a receber é constituída com base nos critérios estabelecidos pela Administração e em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, cujo saldo é apresentado deduzido dessa provisão. O critério da perda de crédito esperada de contas a receber utiliza como base o histórico de inadimplência da Empresa, representado por 0,09% sobre o faturamento no segmento gráfico-comercial e 1,91% para o segmento público.

A Administração considera esta provisão suficiente para cobrir as perdas na realização de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

10 Estoques

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Produtos em elaboração	19.102	25.329
Matéria prima	71.034	88.770
Produtos acabados	86.259	77.622
(-) Antecipação de vendas de estoque produtos acabados (a)	(38.501)	(41.312)
Adiantamentos a fornecedores	5.547	6.353
Estoque em trânsito	-	151
(-) Provisão para estoques obsoletos	<u>(3.622)</u>	<u>(6.777)</u>
	<u>139.819</u>	<u>150.136</u>

a) O montante de R\$ 38.501 refere-se à antecipação da produção dos materiais didáticos com o cliente Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino, os quais já foram confeccionados e aguarda a autorização o cliente para a entrega e faturamento.

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está composta por:

Saldo em 1º de janeiro de 2022	<u>2.319</u>
Constituição provisão	8.476
Reversão provisão	<u>(4.018)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>6.777</u>
Constituição provisão	11.464
Reversão provisão	<u>(14.619)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u><u>3.622</u></u>

A Administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

Os estoques baixados no exercício, incluindo a provisão para estoques obsoletos, foram reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de custo dos produtos vendidos, conforme demonstrado na nota explicativa 25.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a provisão para estoques obsoletos é realizada com base na matéria-prima (papel) em desuso ou sem expectativa de utilização no processo produtivo. Esta análise utiliza como referência o histórico de movimentação dos estoques e a expectativa de produção, cuja referência é 100 dias para papéis adquiridos no mercado nacional e importados, respectivamente, para os quais é efetuada avaliação individualizada. Também são provisionados estoque obsoletos de produtos acabados e em elaboração cujas perspectivas de realização são avaliadas como remota. Esta análise é feita através do histórico de movimentação dos itens em estoques, cuja classificação como obsoleta compreende mercadorias sem movimentação há mais de 106 dias. Adicionalmente a idade dos estoques, a Administração também realizou uma análise individualizada quanto às perspectivas de realização dos itens em estoque, considerando o potencial de venda do produto com base no histórico de venda bem como análise da continuidade daquela edição face novas atualizações editoriais que foram desenvolvidas (renovação de portfólio de produtos).

11 Impostos a Recuperar

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IPI a recuperar (a)	2.029	4.290
ICMS a recuperar (b)	1.294	4.271
COFINS a recuperar (c)	3.010	4.132
IRRF a recuperar	262	459
PIS a recuperar (c)	661	2.692
Outros	23	69
	<u>7.279</u>	<u>15.913</u>

(a) O crédito do imposto sobre produtos industrializados (IPI) é proveniente, principalmente, das compras de papel destinado à utilização no processo fabril da Gráfica, sendo que as suas operações de saída (venda) possuem, em sua maioria, alíquota zero para os impressos gráficos.

(b) O crédito do imposto de circulação de mercadoria e serviços (ICMS) é originado, principalmente, na aquisição de insumos que terão como operação subsequente de saída a tributação deste imposto, além de custos de energia elétrica e fretes.

(c) Os créditos tributários, provenientes das contribuições sociais do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), são decorrentes das aquisições de insumos, despesas com aluguéis, serviços de terceiros, energia elétrica, fretes e depreciação. Em contrapartida, as operações de saída de material didático possuem alíquota zero. As saídas de impressos gráficos do segmento comercial possuem tributação conforme alíquotas vigentes.

12 Depósitos Judiciais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Processos administrativos	550	529
Processos trabalhistas	1.075	1.105
Processos fiscais (a)	<u>51.521</u>	<u>62.449</u>
	<u>53.146</u>	<u>64.083</u>

(a) Além de outros menos relevantes, a Empresa possui processo tributário de Imposto sobre Serviços (ISS) referente a impressos personalizados. Durante o exercício de 2012, a Empresa aderiu no Plano de Recuperação Fiscal do Município de Curitiba (REFIC) com o objetivo de garantir o benefício concedido pela prefeitura, porém continuou contestando judicialmente a demanda, onde o pagamento referente ao respectivo plano vem sendo realizado por meio de depósitos judiciais e recolhimentos direto ao fisco municipal, totalizando o montante de R\$ 49.332 até a data de 31 de dezembro de 2023 (R\$ 46.466 em 2022). A expectativa de perda nessa demanda judicial, segundo assessores jurídicos da Empresa, não se alterou em relação ao ano anterior, sendo mantida como remota.

13 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

a Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes, apresentando a seguinte composição:

	2023	2022
Ativo		
Provisão para contingências	1.601	1.530
Provisão para perda de crédito esperada de contas a receber	1.138	315
Provisão para bônus	1.166	1.221
Provisão para comissões	102	108
Provisão de serviços	399	381
Instrumentos financeiros derivativos	1	-
Arrendamentos	379	1.155
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	1.514	1.515
Prejuízo fiscal e base negativa	-	516
Diversos	3.508	4.484
	<u>9.808</u>	<u>11.225</u>
Passivo		
Instrumentos financeiros derivativos	-	(1)
Diferença entre a depreciação econômica e a fiscal (a)	(7.564)	(7.874)
Atualização dep. judicial processos trabalhistas e fiscais	(7.519)	(8.400)
	<u>(15.083)</u>	<u>(16.275)</u>
Líquido - passivo fiscal diferido	<u>(5.275)</u>	<u>(5.050)</u>

(a) Compreende a diferença temporária entre a depreciação fiscal e depreciação econômica com base na vida útil dos bens (máquinas e equipamentos).

Anualmente, a Administração revisa o seu plano de negócio para os próximos exercícios e, conseqüentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributáveis registrados.

b Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	119.770	66.898
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	<u>(40.722)</u>	<u>(22.745)</u>
Adições permanentes		
(+) Outras despesas indedutíveis	(1.713)	(777)
Exclusões permanentes		
(-) Outras exclusões	133	302
(-) Incentivo Fiscal – Crédito Presumido Pró Emprego	1.063	439
(-) Juros sobre capital próprio	4.940	1.916
(-) Efeito Tributário Líquido dos Juros s/Capital Próprio	(4.940)	-
(-) Dedução programa alimentação do trabalhador - PAT e outros	<u>1.317</u>	<u>1.149</u>
	<u>(39.922)</u>	<u>(19.716)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(39.697)	(15.839)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(225)</u>	<u>(3.877)</u>
	<u>(39.922)</u>	<u>(19.716)</u>
Alíquota efetiva	33%	29%

A alíquota utilizada nas conciliações apresentadas anteriormente é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

14 Imobilizado

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Taxa Média Ponderada de Depreciação	2023			2022		
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
Máquinas e Equipamentos	12%	201.597	(188.359)	13.238	197.227	(184.724)	12.503
Arrendamentos de Imóveis	17%	54.152	(752)	53.400	43.997	(28.256)	15.741
Arrendamentos de Equipamentos	33%	9.082	(2.076)	7006	9.177	(4.058)	5.119
Veículos	20%	698	(698)	-	698	(698)	-
Móveis, Utensílios e Instalações	10%	9.426	(8.735)	691	9.219	(8.601)	618
Processamento de Dados	20%	18.973	(13.089)	5.884	14.025	(11.901)	2.124
Imobilizações em Andamento	-	31	-	1	3	-	3
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	4%	11.458	(2.568)	8.890	11.453	(2.114)	9.339
Outras Imobilizações	10%	776	(772)	4	776	(770)	6
		<u>306.163</u>	<u>(217.049)</u>	<u>89.114</u>	<u>286.575</u>	<u>(241.122)</u>	<u>45.453</u>

A movimentação do ativo imobilizado está representada por:

	Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	Arrendamento Mercantil	Móveis, Utensílios e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Processamentos de Dados	Imobilização em Andamento	Outras Imobilizações	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	3.933	15.601	531	16.573	516	1	3	37.158
Adição	218	7.367	54	537	643	2	-	8.821
Incorporação	5.538	3.328	211	16	1.506	-	6	10.605
Depreciação	(350)	(5.436)	(178)	(4.623)	(541)	-	(3)	(11.131)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.339	20.860	618	12.503	2.124	3	6	45.453
Adição	5	58.677	208	4.370	4.948	-	-	68.208
Baixa de Custo	-	(44.924)	-	-	-	-	-	(44.924)
Baixa de Depreciação	-	31.672	-	-	-	-	-	31.672
Depreciação	(454)	(5.879)	(135)	(3.635)	(1.188)	(2)	(2)	(11.295)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.890	60.406	691	13.238	5.884	1	4	89.114

Vida útil

Ao final do exercício de 2023 e 2022, a Empresa revisou a estimativa da vida útil e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

15 Intangível

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Taxa Média Ponderada de Amortização	2023			2022		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil	Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil
Software	20%	17.82 1	(16.844)	977	17.02 5	(16.507)	518
Obras literárias	10% e 25%	38.31 7	(29.409)	8.908	34.17 4	(26.708)	7.466
Obras literárias em andamento	-	8.028	-	8.028	5.939	-	5.939
Marcas e patentes	10%	105	(105)	-	105	(105)	-
Projetos	-	28	-	28	28	-	28
		64.29			57.27		
		9	(46.358)	17.941	1	(43.320)	13.951

A movimentação do intangível no exercício é composta da seguinte forma:

	Software	Obras			Projetos	Total
		Obras literárias	literárias em andamento	Marcas e patentes		
Saldo em 1º de janeiro de 2022	116	-	-	-	28	144
Adições	-	-	3.885	-	-	3.885
Amortização	(204)	(1.435)	-	-	-	(1.639)
Incorporação	606	5.185	5.770	-	-	11.561
Transferências	-	3.716	(3.716)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	518	7.466	5.939	-	28	13.951
Adições	797	-	6.236	-	-	7.033
Amortização	(338)	(2.705)	-	-	-	(3.043)
Transferências	-	4.147	(4.147)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	977	8.908	8.028	-	28	17.941

Obras literárias

Os gastos incorridos e diretamente associados ao desenvolvimento de materiais didáticos, em especial os Sistemas de Ensino, são capitalizados como intangíveis. Estes gastos são substancialmente compostos pela aquisição de direitos autorais e serviços prestados por terceiros (projeto gráfico, edição e revisão de texto e diagramação dentre outros).

As obras literárias são consideradas ativos intangíveis com vida útil definida, a qual é estimada através do prazo necessário de atualização da metodologia de ensino, do conteúdo e formato editorial das obras ou pela vigência dos contratos quanto ao prazo de utilização das obras. Os materiais didáticos são amortizados pelo prazo de 4 anos, determinado com base no período usual de atualização do conteúdo e formato editorial. Para os direitos autorais pagos, não considerados como materiais didáticos, oriundos do direito de comercialização de livros, são amortizados pelo prazo contratual acordado com o autor.

Avaliação para Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*)

O ativo intangível tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração não identificou indicadores de que o ativo intangível poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

Vida Útil

Ao final do exercício de 2023 e 2022, a Empresa revisou a estimativa da vida útil e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

16 Fornecedores

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2023	2022
Fornecedores do mercado interno	81.188	65.969
Fornecedores do mercado externo	1.562	11.922
Fornecedores partes relacionadas	595	712
	<u>83.345</u>	<u>78.603</u>

O período médio de pagamento das compras de produtos é de 111 dias (80 dias em 2022).

17 Salários, Provisões e Contribuições Sociais

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2023	2022
Salários a pagar	2.931	2.518
Contribuições sociais	3.030	2.561
Férias e encargos a pagar	12.280	10.479
Provisões trabalhistas diversas	6.703	6.072
	<u>24.944</u>	<u>21.630</u>

18 Impostos a Recolher

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2023	2022
IRRF sobre remuneração a funcionários	2.308	1.909
IRRF sobre juros capital próprio	2.179	-
ISS a recolher	192	190
PIS a recolher (a)	1.677	135
COFINS a recolher(a)	7.904	829
Outros impostos	<u>16.951</u>	<u>7.501</u>
	<u>31.211</u>	<u>10.564</u>
Circulante	29.333	8.779
Não circulante	<u>1.878</u>	<u>1.785</u>
	<u>31.211</u>	<u>10.564</u>

(a) Compreende substancialmente a débitos originados de estorno de créditos indevidos sobre livros com alíquota zero referente ao período de 2021 a outubro de 2023

19 Partes Relacionadas

Os saldos de ativos e passivos com partes relacionadas estão compostos da seguinte forma:

	Contas a Receber de Transações Comerciais		Contas a Pagar de Transações Comerciais		Dividendos e Juros s/ Capital Próprio a Pagar	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Positivo Educacional Ltda.	2.126	1.934	49	53	-	-
Positivo Tecnologia S.A.	762	1.166			-	-
Positivo Administradora de Bens Ltda.	6	6	546	659	-	-
Rosch Administradora de Bens	6	6	-	-	-	-
Sociedade de Ensino Semeador Eirele	-	92	-	-	-	-
Consórcio Positivo J.Malucelli	2					
Sócios	-	-	-	-	11.539	11.376
	<u>2.902</u>	<u>3.204</u>	<u>595</u>	<u>712</u>	<u>11.539</u>	<u>11.376</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa realizou transações com partes relacionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Vendas		Atividades Corporativas (rateio)		Compras e Serviços	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Positivo Educacional Ltda. (a)	1.059	951	17.994	9.887	734	401
Editora Aprende Brasil (b)	-	16.299	-	6	-	4.120
Positivo Tecnologia S.A. (c)	20	19	1.059	668	3.492	-
Rosch Administradora de Bens	-	-	75	40	-	-
Positivo Administradora de Bens Ltda. (d)	-	-	75	40	7.610	6.273
Sociedade de Ensino Semeador Ltda.	-	-	-	419	-	-
	<u>1.079</u>	<u>17.269</u>	<u>19.203</u>	<u>11.060</u>	<u>11.836</u>	<u>10.794</u>

As operações com partes relacionadas estão representadas por:

a. Positivo Educacional Ltda.

Vendas

São transações de comercialização de materiais didáticos e outros produtos gráficos produzidos pela Empresa. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

Rateio de Despesas

As despesas são representadas pelo uso compartilhado dos departamentos de compras (em especial materiais indiretos), recursos humanos, jurídico, contabilidade, financeiro e informática. O valor do rateio é apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis e, posteriormente, repassadas para as demais partes relacionadas.

b. Editora Aprende Brasil.

Vendas

São transações de comercialização de materiais didáticos e outros produtos gráficos produzidos pela Empresa. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

Rateio de Despesas

Compreende a cobrança proveniente do rateio de despesas administrativas e do centro de serviços compartilhados (CSC), as quais são incorridas pela Editora Aprende Brasil Ltda. e, posteriormente repassadas para as demais partes relacionadas.

As despesas são representadas pelo uso compartilhado dos departamentos de compras (em especial materiais indiretos), recursos humanos, jurídico, contabilidade, financeiro e informática. O valor do rateio é apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis.

A Editora Aprende Brasil, foi incorporada em 1 de junho de 2022, conforme descrito na nota explicativa 1.

c. Positivo Tecnologia S.A.

Compras

Compreende a aquisição de hardware e equipamentos de informática em geral.

d. Positivo Administradora de Bens Ltda.

Locações de espaços

Compreende as transações de arrendamento mercantil operacional dos imóveis da Positivo Administradora de Bens Ltda., sendo seu prazo de vigência dos imóveis até 2053, podendo ser renovado, conforme cláusula contratual.

Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

As despesas com salários da Administração incluindo encargos e remuneração variável no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$ 3.718 (R\$ 3.300 em 2022). Para os administradores da Empresa são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, descontos em mensalidades no ensino superior (cursos de graduação e pós-graduação) e ensino básico (colégios do Grupo Positivo).

A Empresa não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

20 Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas

	2023	2022
Riscos trabalhistas	4.630	4.487
Riscos cíveis	78	13
	<u>4.708</u>	<u>4.500</u>

As movimentações das provisões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	28	869	897
(+) Adições	-	4.632	4.632
(+) Incorporação Editora Aprende Brasil	12	2.604	2.616
(-) Reversões atualizações	(2)	(286)	(288)
(+) Atualizações	1	386	387
(-) Utilizações e reversões	(27)	(3.717)	(3.744)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>12</u>	<u>4.488</u>	<u>4.500</u>
(+) Adições	75	687	762
(-) Reversões atualizações	(2)	(23)	(25)
(+) Atualizações	3	186	189
(-) Utilizações e reversões	(10)	(708)	(718)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>78</u>	<u>4.630</u>	<u>4.708</u>

Trabalhistas

Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários reivindicando verbas trabalhistas em geral, entre eles, horas extras e equiparação salarial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existe nenhum processo individualmente com valor representativo.

Cíveis

Compreende, principalmente, ações de pedidos de indenização por danos morais, habilitação de crédito, inexigibilidade de títulos, entre outros, relacionados à atividade operacional da Empresa.

Probabilidades de Perda Possível

Existem outros processos cíveis, trabalhistas e tributários em curso, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização. Os saldos estão compostos da seguinte forma:

	2023	2022
Tributárias (a)	66.972	119.169
Trabalhista	415	316
Cíveis (b)	9.532	8.723
	<u>76.919</u>	<u>128.208</u>

(a) Riscos Tributários

Compreende auto de infração referente a não homologação de pedidos de ressarcimento de créditos de PIS/COFINS do período de 2017 a 2020, no montante de R\$6.867 (R\$ 59.017 em 2022), tal redução está relacionada a tramites na fase administrativa onde foram revistos a natureza dos créditos ficando comprovado que o valor questionado é menor do que aquele autuado; Auto de infração movida pela União Federal referente a supostos créditos indevidos de IPI relacionados a operações de compras de insumos cuja saída foi de natureza não tributada, no montante de R\$ 25.880 (em 2022 não existia); Auto de infração movida pela União Federal devido à ausência de contribuição previdenciária no montante de R\$ 7.176 (R\$ 6.334 em 2022); execução fiscal movida pela União Federal referente à créditos de IPI da filial de Santa Catarina no montante de R\$ 4.140 (R\$ 3.655 em 2022); Baixa em 2023 do mandado de segurança da contribuição previdenciária ao SAT/RAT vigente desde janeiro de 2010, sentença favoravelmente a União reconhecendo a cobrança do tributo, (R\$ 4.242 em 2022) e (R\$14.270 riscos tributários transferidos na incorporação Editora Aprende Brasil).

Pedido de compensação de COFINS IN86 entregue fora do prazo, no montante de R\$ 6.654 (R\$ 5.874 em 2022); processo de PIS/COFINS referente à créditos não homologados, no montante de R\$ 3.558 (R\$ 3.141 em 2022); pedido de compensação de IRRF retido na fonte não homologados, no montante de R\$ 1.835 (R\$ 1.620 em 2022); e também, processo movido pela Prefeitura Municipal de Curitiba, referente a retenção de ISS sobre reembolso de despesas de terceiros (estadia, locomoção, refeição, etc.), no montante de R\$ 1.680 (R\$ 1.518 em 2022).

(b) Riscos Cíveis

O processo compreende a ação civil pública em que o Ministério Público do Estado de São Paulo alega a existência de atos de improbidade praticados na contratação da Empresa para fornecimento de materiais didáticos pela Prefeitura Municipal de Iepê, no montante de R\$ 918 (R\$ 884 em 2022), Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Prefeitura da Estância Turística de Itu - ação tomada de contas, no montante de R\$ 4.902 (R\$ 4.720 em 2022); e ainda pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 1.767 (R\$ 1.701 em 2022), onde estão sendo discutidos cláusulas contratuais de aquisição de livros didáticos.

21 Outras Obrigações

	2023	2022
Circulante		
Provisão de serviços	1.173	1.122
Outras contas a pagar	682	358
	<u>1.855</u>	<u>1.480</u>
Não circulante		
Provisão para honorários advocatícios (a)	4.451	4.455
	<u>4.451</u>	<u>4.455</u>

(a) Compreende, principalmente, a provisão dos honorários advocatícios a serem pagos sobre processo administrativo movido pela União Federal, quanto a PIS incidente sobre lançamentos a crédito, glosado pelo Fisco, sob alegação de prescrição e Imposto sobre Serviços (ISS) sobre impressos personalizados. A provisão foi constituída em função da expectativa de perda remota por parte dos assessores jurídicos.

22 Adiantamentos de Clientes

	2023	2022
Circulante		
Adiantamento de material didático (b)	21.479	18.835
Cessão de direito de exploração de folha de pagamento (a)	340	87
	<u>21.819</u>	<u>18.922</u>
Não circulante		
Cessão de direito de exploração de folha de pagamento (a)	1.163	-
	<u>1.163</u>	<u>-</u>

(a) Compreende o adiantamento efetuado pelo Banco Bradesco em maio de 2023, referente a exclusividade de atividade bancárias com folha de pagamento e outras avenças, até o ano de 2028;

(b) A empresa possui adiantamento com o cliente Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino, para a impressão dos materiais didáticos referente ao próximo ano letivo.

23 Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Empresa representa R\$ 189.727 (R\$ 189.727 em 2022), sendo representado por 189.727 quotas de R\$ 1,00 cada, e está totalmente integralizado. Em setembro de 2023, o sócio Cixares Líbero Vargas, retira-se da sociedade conforme informado abaixo:

Composição societária, valores expressos em reais (1,00).

	Quantidade de Quotas	Capital Integralizado	% Participação
Palermo Investimentos - Participações Societárias Ltda.	37.945.402	37.945.402	20%
Schonbrunn Investimentos - Participações Societárias Ltda.	37.945.402	37.945.402	20%
Cousteau Investimentos - Participações Societárias Ltda.	37.945.402	37.945.402	20%
Positivo Educacional (a)	37.945.402	37.945.402	20%
Rivare Investimentos - Participações Societárias Ltda.	28.459.052	28.459.052	15%
Jufri Investimentos - Participações Societárias Ltda.	9.486.350	9.486.350	5%
	<u>189.727.010</u>	<u>189.727.010</u>	<u>100%</u>

a) Em 4 de setembro de 2023, conforme 16ª alteração do contrato social, o sócio Cixares Líbero Vargas, retira-se da Sociedade, cedendo e transferindo, por compra e venda, a totalidade das 37.945.402 (trinta e sete milhões, novecentas e quarenta e cinco mil, quatrocentos e duas) quotas de sua titularidade, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 37.945.402,00 (trinta e sete milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e dois reais), com todos os direitos, vantagens e obrigações a elas inerentes, à sócia ingressante POSITIVO EDUCACIONAL LTDA.

a. Reserva de lucros e juros sobre capital próprio

Conforme previsto no contrato social da Empresa, ao final do exercício social os resultados não distribuídos serão registrados na conta de reserva de lucros, para futura distribuição ou capitalização, ou, se perda ou prejuízo em conta a compensar. Não existe previsão para distribuição de lucros mínimos ao final de cada exercício.

Os juros sobre capital próprio foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

(i) Juros sobre capital próprio

A Empresa distribui lucros aos sócios através de juros sobre capital próprio observando o disposto na Lei nº 9.429/95.

	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2022	<u>11.376</u>
Juros sobre capital próprio	14.529
Juros sobre capital próprio pagos	(12.187)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	<u>(2.179)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>11.539</u>

Efeitos Tributários

Os juros s/capital próprio ocasionaram os seguintes efeitos na carga tributária da Sociedade:

	<u>2023</u>
Juros s/Capital Próprio Pagos	14.529
- Efeito tributário - créditos: IRPJ, Adicional IR e CSLL (34%)	(4.940)
Efeito Líquido	<u>9.589</u>

O efeito tributário mencionado foi ajustado da conta de provisão para imposto de renda e contribuição social, no Resultado do Exercício, e reclassificados em contrapartida da conta Lucros Acumulados, no grupo Patrimônio Líquido, de forma a não produzir efeitos no Resultado do Exercício.

(ii) Distribuição de lucros

Durante o exercício de 2023, foram deliberadas e pagas distribuição de lucros no montante de R\$ 68.654, provindos da reserva de lucros (25.000 em 2022).

b Reserva de incentivos fiscais

Compreende reserva de incentivos fiscais relacionadas ao benefício de crédito presumido de ICMS baseado em Tratado Tributário Diferenciado (TTD), antigamente denominado Pro-Emprego. Tal reserva foi constituída baseada na Lei nº 12.973/14 e art. 30 da Lei Complementar 160/2017.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possui registrado para efeitos de exclusão de base de cálculo do IRPJ e da CSLL, o montante de R\$ 4.624 (R\$ 4.305 em 2022). O montante de incentivo fiscal no ano de 2023 foi de R\$ 319 (R\$ 820 em 2022).

24 Receita Líquida de Vendas

A Empresa gera receita pela venda de impressos gráficos e comercialização de materiais didáticos.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre os produtos ao cliente.

A seguir, a composição da receita líquida de vendas da Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de:

	2023	2022
Receita bruta de vendas	693.734	537.371
(-) Tributos sobre vendas	(38.246)	(28.897)
(-) Devoluções e abatimentos	(44.062)	(20.413)
	<u>611.426</u>	<u>488.061</u>

25 Informação sobre a Natureza das Despesas Reconhecidas na Demonstração do Resultado

A Empresa apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2023	2022
Matérias primas e materiais de consumo utilizados	287.388	269.902
Pessoal	106.029	80.874
Serviços de terceiros	26.524	24.936
Depreciação e amortização	14.338	12.770
Fretes	12.537	8.840
Comissões	1.917	2.251
(Reversão) provisão perda de crédito esperada de contas a receber	3.058	(3.508)
Aluguéis	841	178
Provisão para (reversão de) estoque obsoletos	(3.155)	4.458
Provisão para (reversão de) riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(54)	889
Propaganda e publicidade	4.418	3.599
Outras	53.568	32.226
	<u>507.409</u>	<u>437.415</u>

A composição dessas contas para conciliação com a demonstração do resultado segue abaixo:

	2023	2022
Custo das vendas	365.161	351.521
Despesas comerciais	26.440	22.042
Despesas gerais e administrativas	112.750	67.360
(Reversão) perda de crédito esperada de contas a receber	3.058	(3.508)
	<u>507.409</u>	<u>437.415</u>

26 Outras receitas Operacionais Líquidas

	2023	2022
Venda de aparas "sucatas"	11.679	10.300
Venda de imobilizado	2.923	115
Venda de insumos	74	18
Outras Receitas	-	269
	<u>14.676</u>	<u>10.702</u>

27 Resultado Financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	6.292	3.433
Juros	1.429	559
Reversão atualização monetária	2.922	3.522
Descontos obtidos e outras	821	546
	<u>11.464</u>	<u>8.060</u>
Despesas financeiras		
Instrumentos financeiros - derivativos	(204)	(648)
Juros	(16)	(5)
Juros arrendamento mercantil	(4.638)	(2.117)
Outras	(5.882)	(286)
	<u>(10.740)</u>	<u>(3.056)</u>
Variação cambial, líquida	<u>353</u>	<u>546</u>
	<u>1.077</u>	<u>5.550</u>

28 Instrumentos Financeiros

a Classificação Contábil e Valores Justos

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

Em 31 de dezembro 2023	Nota Explicativa	Ativos Financeiros a Custo Amortizado	Passivos Financeiros a Custo Amortizado	Instrumentos Financeiros por meio do Resultado VJR	Total Contábil	Valor Justo
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	8	73.991	-	-	73.991	73.991
Contas a receber de clientes	9	127.509	-	-	127.509	127.509
		<u>201.500</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>201.500</u>	<u>201.500</u>
Custo amortizado						
Fornecedores	16	-	83.345	-	83.345	83.345
Arrendamento mercantil	30	-	61.521	-	61.521	61.521
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	4	4	4
Outras obrigações	21	-	6.306	-	6.306	6.306
		<u>-</u>	<u>151.172</u>	<u>4</u>	<u>151.176</u>	<u>151.176</u>

Em 31 de dezembro 2022	Nota explicativa	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Instrumentos financeiros por meio do resultado VJR	Total contábil	Valor justo
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	8	51.928	-	-	51.928	51.928
Contas a receber de clientes	9	96.600	-	-	96.600	96.600
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	3	3	3
Créditos diversos		2.322	-	-	2.322	2.322
		<u>150.850</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>150.853</u>	<u>150.853</u>
Custo amortizado						
Fornecedores	16	-	78.603	-	78.603	78.603
Arrendamento mercantil	30	-	24.324	-	24.324	24.324
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	3	3	3
Outras obrigações	21	-	5.935	-	5.935	5.935
		<u>-</u>	<u>108.862</u>	<u>3</u>	<u>108.865</u>	<u>108.865</u>

a Gerenciamento dos Riscos Financeiros

(i) Estrutura de Gerenciamento de Risco

Os principais fatores de risco a que a Empresa está exposta reflete aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Empresa.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Empresa utiliza. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites.

A Empresa possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela alta Administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões.

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez; e
- Risco de Mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Empresa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Empresa.

(ii) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das aplicações financeiras e contas a receber de clientes conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota explicativa	2023	2022
Caixa e equivalente de caixa	8	73.991	51.928
Contas a receber de clientes	9	127.509	96.600
Créditos diversos		2.431	2.322
		<u>203.931</u>	<u>150.850</u>

Contas a receber e outros créditos

A exposição da Empresa a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração considera a distribuição geográfica dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito.

A qualidade do crédito do contas a receber de outros recebíveis é avaliado baseado na política de crédito estabelecida pela Empresa.

Caixa e equivalentes a caixa

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa detinha caixa e equivalentes a caixa de R\$ 73.991 (R\$ 51.928 em 2022), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes a caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras considerados de primeira linha.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou não, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Empresa, que se utiliza do gerenciamento necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Empresa gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos e ativos financeiros não derivativos da Empresa e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações.

<i>Ativos Financeiros</i>	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro 2023						
Caixa e bancos	732	-	-	-	-	732
Aplicações financeiras	73.259	-	-	-	-	73.259
Contas a receber clientes	64.605	49.358	13.446	99	1	127.509
	<u>138.596</u>	<u>49.358</u>	<u>13.446</u>	<u>99</u>	<u>1</u>	<u>201.500</u>

<i>Ativos Financeiros</i>	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro 2022						
Caixa e bancos	821	-	-	-	-	821
Aplicações financeiras	51.107	-	-	-	-	51.107
Contas a receber clientes	42.663	41.769	11.914	242	12	96.600
	<u>94.591</u>	<u>41.769</u>	<u>11.914</u>	<u>242</u>	<u>12</u>	<u>148.528</u>

<i>Passivos financeiros</i>	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2023						
Fornecedores	53.320	11.956	18.069	-	-	83.345
Arrendamento mercantil	152	308	1.470	7.317	52.274	61.521
	<u>53.472</u>	<u>12.264</u>	<u>19.539</u>	<u>7.317</u>	<u>52.274</u>	<u>144.866</u>

<i>Passivos financeiros</i>	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2022						
Fornecedores	41.184	17.819	19.600	-	-	78.603
Arrendamento mercantil	580	1.174	5.513	17.057	-	24.324
	<u>41.764</u>	<u>18.993</u>	<u>25.113</u>	<u>17.057</u>	<u>-</u>	<u>102.927</u>

Análise de sensibilidade – Dólar

Cenário	Valor nacional (USD mil)	Cenários fluxo de caixa (R\$ mil)					
		Provável (a)	Possível (baixa) (b)	Remoto (baixa) (c)	Possível (alta) (d)	Remoto (alta) (e)	
Taxa Dólar (cenário) Dólar		BACEN 5,218	(25%) 3,913	(50%) 2,609	25% 6,522	50% 7,827	
Efeito caixa							
Exposição (USD)	(Fechamento)						
Compras insumos	4,841	40	-	49	98	(49)	(98)
Compras em trânsito	4,841	-	-	-	-	-	-
Cobertura cambial (USD)	(Contratada) (Fechamento)						
NDF	4,854 4,841	115	-	139	278	(139)	(278)
Exposição líquida estimada		155	-	188	376	(188)	(376)

Nota: Convenção: valores positivos representam saldo a receber, e negativos a pagar

(a) O cenário provável reflete as cotações do BACEN Banco Central do Brasil (PTAX Venda) para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(b) O cenário possível de baixa é representado pela valorização do Real em relação ao Dólar de 25%.

(c) O cenário remoto de baixa é representado pela valorização do Real em relação ao Dólar de 50%.

(d) O cenário possível de alta é representado pela desvalorização do Real em relação ao Dólar em 25%.

(e) O cenário remoto de alta é representado pela desvalorização do Real em relação ao Dólar em 50%.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Empresa avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Empresa na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2023, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Empresa são próximas às descritas anteriormente.

Gerenciamento do capital

A Empresa administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Empresa é formada pelo capital circulante líquido (passivos circulantes menos ativos circulantes).

A Empresa não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Capital circulante líquido

O índice de liquidez corrente no final do exercício é o seguinte:

	2023	2022
Ativo circulante	351.029	316.902
Passivo circulante	<u>(174.769)</u>	<u>(148.057)</u>
Capital circulante líquido	<u>176.260</u>	<u>168.845</u>
Índice de liquidez corrente	2,01	2,14

Índice de endividamento

	2023	2022
Dívida bruta (a)	-	-
Caixa e saldos de bancos (b)	<u>73.991</u>	<u>51.928</u>
	<u>73.991</u>	<u>51.928</u>
Patrimônio líquido (c)	261.090	259.485
Índice endividamento (caixa) líquido	(0,28)	(0,20)

(a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazo (excluindo derivativos, quando aplicável).

(b) Disponibilidade em tesouraria e depósitos em bancos.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Empresa, gerenciados como capital.

a. Instrumentos financeiros derivativos

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de eliminar a exposição cambial de compras de matérias primas importadas, na aquisição de bens de capital importados e dívidas em moeda estrangeira.

A política de derivativos da Empresa tem como objetivo proteger seus compromissos assumidos em dólar e euro de oscilações nos preços futuros, de forma a proporcionar maior previsibilidade em sua operação e sobre seus investimentos. A Administração não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

A Empresa utiliza-se de duas formas de derivativos: NDF (*Non Deliverable Forward*) e opções de compra, operações esta que possuem a finalidade de proteção contra as oscilações das taxas de câmbio, cobrindo assim, a exposição cambial pelo prazo de pagamento concedido por fornecedores na compra de insumos importados, aquisição de bens de capital importados ou dívidas em moeda estrangeira.

A partir da análise diária das compras de produtos importados e no momento de contratações de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, os contratos derivativos são prontamente fechados e constantemente revisados.

(i) Composição dos instrumentos financeiros derivativos

	2023	2022
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	-	59
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	(4)	(56)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	<u>(4)</u>	<u>3</u>

(ii) Contratos futuros de moeda

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possuía operações de NDF (*Non Deliverable Forward*) de compra de dólar como seguem:

Data da contratação	Data de vencimento	Contraparte	Categoria	Moeda	Valor Moeda Estrangeira (R\$ mil)	Cotação Futura Negociada	Resultado Líquido a Receber (pagar) (R\$ mil) (a)
16/11/2023	29/01/2024	Santander	Fornecedor	USD	115	4,854	(4)
Total USD					115	4,854	(4)

(a) Convenção: valores positivos representam resultado a receber, e negativos a pagar.

Os contratos de compra de NDF foram firmados com bancos de primeira linha, em opção de negociação até a data de vencimento. Tais contratos não exigem margens de garantia.

29 Cobertura de Seguros (não auditado)

A cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Empresa, para cobrir eventuais sinistros em todas as suas unidades, sendo máquinas e equipamentos e estoque, é apresentada abaixo. Para sinistros prediais foram considerados os imóveis de propriedade da Positivo Administradora de Bens Ltda., cujas coberturas contratadas são de:

Ramo	Abrangência	Limite de indenização	Vigência
Riscos patrimoniais	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento danos elétricos e outros.	240.000	30/04/2023 a 30/04/2024
Responsabilidade civil	Riscos contingentes com veículos de terceiros auditório e danos morais.	1.000	30/04/2023 a 30/04/2024

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da empresa que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

30 Arrendamento Mercantil

Arrendamentos como arrendatário - CPC 06 (R2)

A Empresa arrenda imóveis, veículos e equipamentos. Esses arrendamentos normalmente duram entre 1 a 30 anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados individualmente e de acordo com cada contrato, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços.

Anteriormente, os arrendamentos de imóveis eram classificados como arrendamentos mercantis operacionais de acordo com o CPC 06 (R1).

Os contratos de baixo valor ou de curto prazo enquadrados na isenção da norma representados, substancialmente, por equipamentos de informática. A Empresa arrenda equipamentos com prazos de contrato de um a três anos, mas considerados de baixo valor. A Empresa optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos, e nem os contratos cujo prazo é inferior a 12 meses.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Empresa é o arrendatária são apresentadas abaixo:

(i) Ativos de direito de uso

	Imóveis	Equipamentos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	15.601	-	15.601
Incorporação	3.328	-	3.328
Adições	1.883	5.484	7.367
Amortizações	(5.071)	(365)	(5.436)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.741	5.119	20.860
Adições	55.079	3.598	58.677
Amortizações	(17.420)	(1.711)	(19.131)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	53.400	7.006	60.406

(II) Passivo de arrendamento

Os passivos reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2019 correspondem aos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, mensurados à valor presente pelas taxas de desconto na data da sua adoção conforme apresentado a seguir:

	Taxa média de Desconto % a.a.	Vencimento Final	Valor Presente do Passivo
Imóveis	12,38%	01/08/2053	54.068
Maquinas	13,09% a 13,67%	01/08/2027	<u>7.453</u>
			<u>61.521</u>
Circulante			1.930
Não circulante			59.591

Abaixo a movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 1º de janeiro 2022	<u>4.156</u>	<u>14.563</u>	<u>18.719</u>
Adições	1.263	6.104	7.367
Incorporação Editora Aprende Brasil	1.328	2.514	3.842
Transferências	6.124	(6.124)	-
Juros apropriados	2.117	-	2.117
Pagamentos de principal	(5.604)	-	(5.604)
Pagamento de juros	<u>(2.117)</u>	<u>-</u>	<u>(2.117)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>7.267</u>	<u>17.057</u>	<u>24.324</u>
Adições	1.241	57.436	58.677
Baixas	(2.555)	(9.032)	(11.587)
Transferências	5.870	(5.870)	-
Juros apropriados	4.571	-	4.571
Pagamentos de principal	(9.893)	-	(9.893)
Pagamento de juros	<u>(4.571)</u>	<u>-</u>	<u>(4.571)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.930</u>	<u>59.591</u>	<u>61.521</u>

31 Transações Não Envolvendo Caixa

Arrendamentos - CPC 06 (R2)

Durante o ano de 2023, houveram adições de arrendamentos no montante de R\$ 58.677 (R\$ 7.367 em 2022), conforme nota explicativa 14 e 30, que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Ainda, durante o exercício de 2022, os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na incorporação com a Editora Aprende Brasil Ltda, conforme nota explicativa 1, não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

32 Eventos Subsequentes

Em janeiro de 2024, a empresa obteve trânsito em julgado referente a processo tributário de impostos sobre serviços (ISS). Os valores depositados judicialmente serão levantados em 2024 e os valores recolhidos diretamente ao fisco serão solicitados ao município por meio de precatório que deveram ser materializados a partir de 2025.

Lucas Raduy Guimarães
Diretor Presidente

Luiz Cezar Teixeira
Diretor Administrativo - Financeiro

Marco Aurélio Pitta
Contador CRC-PR – 048.199/O-5